DELIBERAÇÃO AC02 - G.ODJ - 560/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/2804/2014
PROTOCOLO	:	1484876
ÓRGÃOS	:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
ORDENADORES DE DESPESAS	:	ELEONOR DE JESUS XIMENES EDER ALBERTO ESPÍNDOLA ODETE DA SILVA ARAÚJO HELENA DE SOUZA JOSÉ RAIMUNDO DA CRUZ
CARGO DOS ORDENADORES	:	SECRETÁRIOS MUNICIPAIS
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO N. 36/2014
CONTRATADA	:	CLAUDIA ZAGO-ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2014
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	FORNECIMENTO DE FILTROS, ÓLEOS E LUBRIFICANTES
VALOR DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 83.326,00
RELATOR	:	CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

I – EMENTA

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PREGÃO PRESENCIAL. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. LEGALIDADE E REGULARIDADE. APROVADO POR UNANIMIDADE.

II – RELATÓRIO

Trata-se do exame da regularidade do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial n. 10/2014, da formalização e do teor do Contrato n. 36/2014, celebrado entre o Município de Coronel Sapucaia-MS, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Infraestrutura, da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, e a empresa Claudia Zago-ME, constando como ordenadores de despesas o Sr. Eleonor de Jesus Ximenes, o Sr. Eder Alberto Espíndola, a Sra. Odete da Silva Araújo, a Sra. Helena de Souza e o Sr. José Raimundo da Cruz, secretários municipais, respectivamente.

O contrato tem como objeto o fornecimento de filtros, óleos e lubrificantes, destinados aos diversos veículos, maquinários, ônibus e ambulâncias do município, conforme necessidade da administração municipal, mediante requisição e conforme solicitação das Secretarias Municipais, no

valor de R$ 83.326,00 (oitenta e três mil, trezentos e vinte e seis reais), com prazo de vigência de 12 de fevereiro de 2014 a 11 de agosto de 2014, podendo ser prorrogado.

Após a análise dos documentos apresentados pelo jurisdicionado, tanto a 4ª Inspetoria de Controle Externo – ICE, em sua Análise ANA-4ICE-3839/2014, quanto o Ministério Público de Contas – MPC, no Parecer PAR-MPC - GAB.7 DR.JAC-16553/2014, manifestaram-se e opinaram pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização do instrumento contratual.

III – VOTO

Extrai-se dos autos que, não houve qualquer irregularidade que pudesse macular a presente prestação de contas.

Nessas condições, e considerando que foram atendidas as exigências contidas na Lei Federal n. 8.666/93, na Lei Federal n. 10.520/02, bem como nas normas regimentais estabelecidas por esta Corte de Contas, conclui-se que o procedimento licitatório e a formalização do contrato merecem aprovação.

Ante ao exposto, acompanho o entendimento da equipe técnica da 4ª Inspetoria de Controle Externo e o parecer do Ministério Público de Contas, e com fulcro no art. 4º, III, "b", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013, **VOTO:**

1. pela **regularidade e legalidade** do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial n. 10/2014, e da formalização e do teor do Contrato n. 36/2014, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 120, I, "a" e II, do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS;

3. pela **remessa** dos autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para acompanhamento dos atos relativos à execução do objeto do contrato.

IV – DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a presidência do Excelentíssimo Conselheiro Iran Coelho das Neves, na 18ª Sessão Ordinária, de 29 de setembro de 2015, na conformidade da ata de julgamentos n. 18, por unanimidade de votos, nos

termos do relatório e voto do Conselheiro Relator; em declarar a **REGULARIDADE E LEGALIDADE** do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial n. 10/2014, e da formalização e do teor do Contrato n. 36/2014, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 120, I, "a" e II, do RITC/MS; pela intimação do resultado deste julgamento nos termos do art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012 c/c o art. 99 do RITC/MS; pela remessa dos autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo para subsidiar a análise das contratações dele decorrentes; DISCUSSÃO: Nesta oportunidade ninguém fez o uso da palavra; **DECISÃO**: Aprovado por unanimidade, o relatório e voto do Conselheiro Relator.

Participaram do julgamento: Excelentíssimo Presidente Senhor Iran Coelho das Neves; Excelentíssima Conselheira Senhora Marisa Joaquina Monteiro Serrano; Excelentíssimo Procurador de Contas Senhor João Antônio de Oliveira Martins Júnior, representante do Ministério Público de Contas; e o Excelentíssimo Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, relator.

Campo Grande/MS, 16 de setembro de 2016

OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Conselheiro-Relator

tabd